



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO VINTE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) - Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e três de setembro de dois mil e dezasseis. -----

----- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Modificação número:2 – Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Modificação número:2 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação das “Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº22/2015 de 17 de março. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação das “Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012 d2 21 de Fevereiro, republicada em anexo à Lei nº 22/2015 de 17 de março – Delegação de Competências – Compromissos Plurianuais. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Conhecimento da atualização em 2017 de valores de taxas e /ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, António dos Santos João Vaz, Helder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e José Manuel Alves Ventura. Faltou a senhora deputada Maria Merências dos Reis Rodrigues Machado. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os Senhores Vereadores Licínio Ramos Martins, Heleno da Costa Simões e Adriano Augusto Gonçalves Prada. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Pelo senhor segundo secretário, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para Intervenções.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia apresentou votos de pesar pelo falecimento do pai do senhor Presidente da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso, que também foi presidente da junta durante alguns mandatos e que tantas saudades nos traz, e pela mãe do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Matela de que também o pai foi presidente da junta. -----

----- O senhor deputado Carlos Ataíde Fernandes, apresentou um voto de pesar pelo Emanuel Veiga, um jovem do concelho, de Argozelo, falecido num trágico acidente de viação, que fazia parte do Rancho Folclórico de Vimioso e de outras entidades. -----

----- Os votos de pesar foram aprovados por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Em primeiro lugar quero manifestar aqui a minha grande satisfação, está visto que quando todos nos unimos em volta do mesmo objetivo, e quando estamos a ver que somos injustiçados, a luta vale sempre a pena. Estou-me a referir, concretamente, à Portaria 357/2015. Sabem do que se trata que a Infraestruturas de Portugal queriam cobrar o acesso às propriedades. Parece que isso foi suspenso e ainda bem. Se calhar, também teve um bocadinho do nosso esforço, quando nos unimos em torno do mesmo objetivo as coisas resultam, acho que estamos todos de parabéns”. -----

- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Relativamente ao mapa da situação financeira da Câmara Municipal de Vimioso, aparece aqui, para o período de dois mil e dezasseis, do onze a trinta e um do doze uma transferência de subsídios no valor de cento e vinte mil euros e quatrocentos e quarenta e dois. Depois, aparece no mapa de janeiro sessenta mil. Tratando-se de montantes consideráveis eu pedia um esclarecimento, se for possível, ao Senhor Presidente de Câmara. Quando se tratar de transferência de subsídios desta natureza ou nesta ordem de montante que nos fosse dado a conhecer, de forma detalhada quais as entidades que beneficiaram destes

subsídios da câmara. Se entender não esclarecer nesta Assembleia Municipal e como na próxima Assembleia Municipal é a Assembleia de aprovação das contas, sugeria que nos apresentasse um mapa de forma detalhada de todas as entidades que usufruíram de subsídios da autarquia, e talvez também de contribuintes que colaboram com a câmara no fornecimento de bens e serviços, atendendo que será a Assembleia de aprovação das contas. Se fosse possível fornecer à Assembleia um mapa detalhado das associações, das entidades que receberam da câmara e respetivos montantes na próxima reunião. Isto é só uma sugestão que eu faço por uma questão de esclarecimento da assembleia. Em relação a outro ponto, gostava que a Assembleia fosse esclarecida relativamente ao Parque de Natureza e Aventura. O Senhor Presidente da Câmara já veio para a comunicação social falar que o Parque de Natureza e Aventura, finalmente, a partir de março vai ser uma realidade, vai entrar em funcionamento. Pensava que nesta Assembleia haveria aqui algum regulamento para ser discutido relativamente à forma de funcionamento do parque. Não aparece aqui nada na ordem de trabalhos, portanto desconheço como estão a pensar colocar o parque em funcionamento, e portanto um esclarecimento em relação a isso. Pergunto-lhe também, já que chegamos à fase final desse projeto, que esclarecesse esta Assembleia do montante mais ou menos exato que foi investido ali por parte da câmara municipal, em estudos, projetos e empreitadas. Há dias, não sei se isto foi aqui falado na última Assembleia ou não, houve uma mudança de uma construção de Serapicos para S. Joanico, ao que consegui apurar essa mudança de construção custou à câmara, não sei se é verdade ou não, cerca de sessenta mil euros. Depois de ter verificado as empreitadas que decorreram no Parque de Natureza e Aventura, houve uma empreitada que decorreu em Serapicos por ajuste direto no montante de cento e quinze mil quinhentos e dezoito euros. Pergunto-lhe se o investimento que foi feito em Serapicos se vai ali continuar, ou melhor dizendo que nos esclareça o que ali foi feito no âmbito desta empreitada que custou este montante à câmara municipal. Acho que será de todo conveniente esclarecer a Assembleia Municipal do montante que foi investido no Parque de Natureza e Aventura, resultados até ao momento e que perspetivas têm para o futuro relativamente ao funcionamento deste investimento”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente às questões do senhor deputado Jorge Fernandes, agradeço, apesar de, no ponto a seguir se tratar da apreciação da informação escrita. Antecipou-se um bocadinho mas podemos falar sobre isso. Eu posso, na próxima reunião, ou o mais rápido possível, dar-lhe a lista exatamente destas transferências de subsídios. Não são só subsídios, aí está de uma forma simples, são transferências também para a DGAL, sobre as bolsas, sobre propinas, sobre os programas de contratos de emprego de inserção com o Centro de Emprego, e os apoios à CPCJ. Tudo isso está nas transferências desses subsídios que totaliza os cento e vinte mil euros. Embora aí apareça de uma forma sucinta, teremos todo o gosto em fornecer exatamente sobre a atribuição dos subsídios todos esses montantes. Dizer-lhe que o subsídio que estamos a atribuir e que agora é de cem por cento à OPP de Palaçoulo para subsidiar na totalidade a sanidade animal obrigatória não consta. Só no mês de Janeiro já transferimos vinte mil euros, e portanto os agricultores do concelho de Vimioso têm financiamento a cem por cento para a sanidade obrigatória dos seus animais. Relativamente ao Parque de Natureza e Aventura, tem razão quando diz que isto demorou muito, é verdade, e nós fomos investindo paulatinamente. O investimento no Parque de Natureza e Aventura, salvo erro, já vem de dois mil e sete dois mil e oito seguramente por aí. Porque, de facto, montar uma estrutura destas não é fácil. Se considerarmos os montantes dessa época, agora não os tenho presentes mas andaré na ordem de um milhão e meio todo o investimento que ali está. Referir-lhe que o investimento em Serapicos dos cento e quinze mil euros respeita exclusivamente à recuperação de duas casas, que a câmara adquiriu, e que hoje são propriedade da câmara. Uma tem auditório e tem um pequeno laboratório que dá mais para o rio, aliás, andamos lá depois a arranjar o arruamento e agora os muros. A outra, mais em cima, também está recuperada para poder ser usada para algumas atividades. Portanto os cento e quinze mil euros respeitam exclusivamente à recuperação de duas casas de habitação, que a câmara adquiriu, que estavam significativamente degradadas e que recuperou. Quanto à questão do funcionamento, foi celebrado, com a EDP e a AEPGA um protocolo. Assinou-se outro com a AEPGA, presente em reunião de câmara, que diz basicamente o seguinte: A AEPGA vai lá pôr os burros da raça de Miranda e desenvolver lá um conjunto de atividades todas sobre a sua inteira

responsabilidade. O que nós estamos a fazer são pequenas adaptações: Já estivemos a limpar, vamos ter que vedar por trás todo aquele terreno que é da câmara municipal, para que depois os animais possam ali pastorear. Esse protocolo está assinado e nós queremos que entre imediatamente em funcionamento quando o empreiteiro, que ainda anda lá a acabar uns trabalhos, terminar. Conseguimos com esta uma candidatura que a câmara municipal de Vimioso viu aprovada ao Norte Natural, na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, tudo para imaterial se quisermos. Qual é o objetivo dessa candidatura? É dinamizar o próprio parque, organizar a exposição, que o concurso já foi lançado e está a decorrer, foi lançado em reunião de câmara e está a decorrer uma parte do concurso. Em próxima reunião de câmara será lançado um novo concurso que diz respeito à imagem, à promoção e ao marketing do próprio parque, e depois será lançado mais tarde um outro concurso para a realização de cerca de cem atividades ao longo de dois anos no parque. Isto é, nós tivemos, de alguma forma, à espera que pudéssemos ter verba suficiente que suportasse o funcionamento do parque. Porque na nossa opinião quando o parque entrar em funcionamento, e queremos que entre dentro do mês de março, está tudo programado para isso, pelo menos a parte que diz respeito ao complexo do burro de Miranda, nós queremos que quando ele começar que comece com passos muito sólidos e que dê uma boa imagem do parque, porque aquilo que pode começar mal fica uma imagem negativa do parque. Dizer-lhe também que algum do investimento que lá está foi no âmbito do PROVER da Rota da Terra Fria, que tem a ver com a Porta da Rota da Terra Fria, está lá também situado e é aí que irá funcionar. Com a EDP qual é o protocolo? É entre a EDP, o Município de Vimioso e a AEPGA. A EDP vai pagar à AEPGA dois técnicos superiores durante dois anos, para trabalharem no PINTA. Portanto nós vamos conseguir que dois técnicos superiores, um que vai ficar adstrito exclusivamente à execução das atividades do PINTA, mas que é contratado pela AEPGA, e outro que fica adstrito ao complexo do burro de Miranda. Isto na sequência daquela nossa batalha ou exigência em querermos beneficiar das medidas compensatórias do Baixo Sabor uma vez que a EDP usa o nosso território para implementação dessas medidas. Hoje mesmo, ou na próxima semana, irá para a EDP para ser assinado. Dizer-lhe também que na questão do funcionamento da Porta da Rota da Terra Fria estamos também a prever fazer um acordo de

colaboração, porque o regulamento das Portas da Rota da Terra Fria assim o prevê, como já o fizeram outros municípios, e sabemos que às vezes as coisas não são fáceis. O que é que nós pretendemos? Pretendemos, com as associações que vão trabalhar connosco, fazer também um protocolo, já foi negociado e discutido com a associação ALDEIA, poder ser a associação ALDEIA a responsabilizar-se pela exploração e pela gestão da Porta da Rota da Terra Fria. Quero esclarecer que ainda não está assinado, é essa a nossa pretensão se a associação assim o entender, as conversações estão a correr bem, a ideia é que eles possam dar também um apoio à receção dos visitantes, e também se eles puderem fazer as vendas dos produtos regionais que o façam, até porque a câmara não tem CAE para vender esses produtos. Mas se não conseguirmos terá que ser a própria câmara a suportar esse tipo de encargos e de funcionamento. Quanto à deslocação dos edifícios, entenderam as associações que precisavam de espaço, até porque o local onde estavam na altura, foi um local também de recurso. Solicitaram-nos espaço para a organização dos seus serviços, porque no edifício que foi lá construído primeiramente, vai lá ser montada uma exposição de acordo com a candidatura aprovada, sobre toda a Rede Natura do nosso concelho. E portanto o PINTA, o Parque Ibérico, é se quisermos a âncora de visitação para toda a zona de Rede Natura, como sabem é muito vasta é quarenta por cento da área do nosso concelho. No próprio plano de marketing que nós já encomendamos no início deste mandato, a marca que vamos utilizar   "vales de Vimioso", porque a Rede Natura desenvolve-se ao longo dos três vales de Vimioso.   esse trabalho que estamos a fazer que   moroso, que   minucioso, a montagem da exposi o pela empresa que ganhou o concurso do que já nos apresentaram   extremamente interessante. Queremos plantar   volta dos edifícios tudo o que seja várias espécies de plantas, fundamentalmente autóctones, para quê? Para termos c  fora uma espécie de laboratório ou de um pequeno museu sobre a fauna, depois vamos ter filmes, na candidatura está previsto a realiza o de um filme sobre a Rede Natura, portanto toda essa promo o, todo esse marketing será realizado. Qual era o meu desejo? Era que isso já tivesse sido há mais tempo. Pois  , mas para isso   necessário dinheiro,   necessário investimento, às vezes o mais difícil não   fazer as infraestruturas,   depois dinamiz -las e mantê-las em funcionamento".

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Senhor deputado Jorge Fernandes, eu acho que nestas coisas o caminho faz-se caminhando, e já em tempos quando eu era Presidente de Câmara atendi alguns pedidos que vocês fizeram, e até foi feita a alteração do parque para aquela zona. Você é empresário, sabe como são as coisas, nem sempre correm bem nem como a gente quer, devemos ouvir as pessoas, ouvimo-lo a si e ao outro colega vereador, que se calhar a melhor solução seria aquela. Quem está à frente na câmara deve ouvir, e é sempre bom que dêem algumas sugestões”. --

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Antes de mais quero dar os parabéns pelo que ouvi aqui agora, como vocês sabem já tinha referido aqui várias vezes nesta Assembleia, que também sou beneficiário dessa medida, isto é uma medida que tenho de louvar. Esta medida de pagar a parte referente inerente à saúde pública da sanidade animal, é uma medida que eu defendo há muitos anos. Parte do que corresponde à saúde pública obrigatória que eu estou a dizer, e fico contente com essa medida e dou aqui os parabéns à câmara por ter avançado com isso. Não a defendo agora, já a defendo há vários anos, penso que é uma medida justa, era uma medida que, realmente, como faziam já noutros concelhos, e ainda vem colmatar algum abandono, porque o setor primário tem sido esquecido. Mas parabéns ao Senhor Presidente e à câmara municipal por ter avançado com esta medida. Outra coisa que não quero deixar de falar aqui, fiquei um bocado constrangido com o que aconteceu, eu acho que o Serafim João também lá estava, na última Assembleia Geral da CIM. Por isso é que eu tenho algumas dúvidas quanto à CIM e faço parte da assembleia. Tivemos uma assembleia Geral no dia da abertura da feira daqui de Vimioso e à tarde houve uma iniciativa aberta ao público com a Dr.^a Helena Freitas, Coordenadora da Unidade de Missão da Valorização do interior. Tivemos uma reunião com alguns presidentes de câmara e com os deputados que fazem parte da assembleia, fomos almoçar ao geadas com toda a pompa e circunstância, e à tarde houve esse dito colóquio outra vez nas instalações onde nós fazemos a assembleia. Foi para mim uma tristeza, estávamos lá cinco pessoas! É esta a valorização que nós damos aos problemas do nosso distrito. Essa valorização quem tem responsabilidade neste caso são os políticos, estávamos lá cinco. Tive oportunidade de falar com o senhor Presidente da Câmara, o de Vimioso não podia lá estar porque tinha cá a aber-

tura da feira, é esta mensagem que eu quero passar, porque nós não nos interessamos realmente por aquilo que é o nosso futuro, que é a falta de gente e a falta de condições para continuarmos aqui. E foi com muita tristeza que eu participei, e disse-o lá nessa iniciativa e muito bem a quem patrocinou, mas o facto foi para quem quis lá estar, mas não estava lá ninguém, quem tinha obrigação de lá estar. Há outro ponto que também me mete alguma confusão, ouvi na comunicação a notícia que tem passado, que não há amas para cuidar dos nossos meninos, eu não sei como isto é possível que país é o nosso, de quem é a culpa, se é do Governo, se é da Câmara, se é das mães, se é das amas. Num concelho como o nosso que eu não vejo miúdos, que não vejo ninguém, não há amas para cuidar dos nossos meninos. Não sei o que se passa mas algo não vai bem nisto. Também sei que noutras alturas, tentou-se criar o tal famoso Papagaio não sei se terá alguma responsabilidade nisto. Sempre disse e digo que há coisas que tem que ser o Estado a fazê-las. A educação, a saúde tem que ser o Estado a assumir esse papel, e nós quando queremos que sejam os privados a assumir e tentar fazer para que assim seja, posteriormente, mais cedo ou mais tarde, vamos esbarrar com coisas que não correm bem, e esta penso que será uma delas. Gostava também que o Senhor Presidente falasse alguma coisa sobre isto, falou na comunicação social, a ver como é que está, se esse problema já foi ultrapassado ou não, mas custa-me que um país como Portugal e num concelho como Vimioso, onde os nascimentos são residuais, a sociedade não consiga ter resposta dos nossos governos”. -----
----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Agradeço as explicações de forma detalhada que nos foram dadas, bem como o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Uma das características que tinha na altura que foi Presidente, o que aqui referiu é a realidade, na altura existia um projeto para a implementação de um Parque Biológico. Entretanto a câmara já tinha comprado uma série de terrenos na zona das piscinas, onde neste momento está plantada a vinha da adega cooperativa de Sendim. Nós sempre fomos sugerindo que a fazer-se um projeto desta natureza deveria ser feito no vale do Angueira. Fizemos uma oposição construtiva, sempre fomos alertando que ali é que deveria ser feito, e felizmente ouviram a nossa ideia, ouviram as nossas sugestões, claro que nós não poderemos nunca apresentar projetos bem delineados e bem elaborados, porque não temos condições para o fazer.

Mas nesse âmbito quer eu quer o meu colega de vereação, fizemos sugestões construtivas, e ainda bem que nos ouviram e contribuimos para a mudança do local. Também fico extremamente satisfeito e contente, por ouvir aqui o senhor Presidente da Câmara dizer que os agricultores, produtores pecuários vão ter as quotas pagas a cem por cento. Se bem se recordam em dois mil e nove, eu fui candidato à câmara e apresentei essa proposta, para subsidiar as quotas dos produtores pecuários. Na altura, quase me chamaram maluco, se não foi assim foi mais ou menos parecido, porque não compreendiam muito bem como é que essa medida poderia ser implementada, depois foi muito simples, foi só fazer o protocolo com a associação e colocar a medida em prática, portanto agora fico extremamente satisfeito, quando o Senhor Presidente anuncia aqui que neste momento e a partir deste ano, essas quotas são pagas a cem por cento. É de inteira justiça aplicarem essa medida, porque se o nosso tecido económico depende exclusivamente da pecuária, é de inteira justiça fazerem isso. Fico satisfeito, já que na altura me criticaram tanto por lançar essa proposta, por ter mandado alguns panfletos para os agricultores, no sentido da aplicação prática dessa proposta, chegada esta hora fico contente, e ainda bem que tomaram essa medida, e muitas mais outras medidas dessa natureza poderão e deverão ser aplicadas. Nos anos em que não houver produção pecuária no nosso concelho, é sinal que o nosso concelho morreu mas, estou plenamente convencido que isso não irá acontecer porque ainda existe vida e ainda existe alguma dinâmica”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção do senhor deputado José Freire e no início da sua intervenção que tem agora a ver com a do senhor deputado Jorge Fernandes, quero dizer que na altura o que criticávamos era a forma que tinha encontrado de o fazer, que era absolutamente ilegal. Nós não podemos financiar privados, o que encontramos foi a fórmula de o fazer de outra maneira. Recordo que nós já estávamos a financiar com trinta por cento, ou seja, o financiamento não era a cem por cento mas era a trinta por cento. O que nós fizemos agora foi aumentá-lo para cem por cento. E que eu saiba no distrito acho que só há mais um concelho que tem na totalidade os cem por cento, o segundo somos nós, os outros não têm a cem por cento, não têm, penso que só Vinhais é que tem, Mogadouro não tem, Miranda do Douro não tem, e sabem perfeitamente que não têm.

Até gerou alguma polémica, porque se um agricultor de Vimioso vir que o de Miranda tem isto ou aquilo, também gostava de ter e o de Miranda também gostava de ter como o de Vimioso. Mas, a gestão autárquica cada órgão municipal faz como acha o que é melhor para o seu concelho, nem quero estar a criticar. Mas essa é uma medida importante como outras, temos estado por exemplo a apoiar já alguns agricultores, na medida das possibilidades da câmara, e dos orçamentos dessas intervenções, eletrificação de estábulos, estamos a fazê-lo, e temos vindo a fazê-lo constantemente. Portanto, o apoio aos agricultores e à pecuária à atividade produtiva do setor primário tem sido uma realidade. É evidente que nem todos produzem carne de raça bovina mirandesa, mas esses com a instalação da cooperativa tiveram um apoio significativo, e nós apoiamos as associações, umas ligadas à CONFAGRI e outras ligadas à CAP que estão no concelho. Apoiamo-las com instalações e com subsídios. Esse apoio, indirectamente, é para quem? É para os agricultores obviamente, porque estão ao serviço deles. Ainda há dias me diziam, alguém dessas associações, até era bom que a câmara criasse um gabinete de apoio ao agricultor se nos levar para lá a nós. Estão a ver a ideia. Eles querem que se crie mas é se essas associações forem trabalhar para esse gabinete da câmara. Obviamente que a oferta não é muito grande, gerava-se aqui concorrência entre o público e o privado. Quanto à segunda parte da intervenção do senhor deputado José Freire. Olhe eu tenho estado em todas as sessões no distrito com a presença da Professora Helena Freitas, pessoa pela qual tenho o maior respeito e consideração, até já fui ao Sabugal para a ouvir. Não pude ir nesse dia porque eu sabia que ia dizer o mesmo que nos tinham dito há três ou quatro dias a nós e tinha cá a feira. De facto, independentemente dos partidos, considero que é uma pessoa que está determinada em resolver determinadas questões do interior, e deu-me uma ajuda extremamente importante na resolução de uma questão da escola, junto da senhora Secretária de Estado da Educação, desbloquear uma verba que estava a ser retirada injustamente ao orçamento da escola, e ela também me deu uma ajuda aí. Disse-lhe que ia ter a reunião com a senhora Secretária de Estado, que precisava de ajuda neste sentido, era uma questão do interior e a questão foi resolvida em quinze dias. Muitas vezes vai da vontade das pessoas e da vontade política. Relativamente às amas, também me deu uma ajuda preciosa, embora o governo penso eu não a tenha

ouvido à primeira, e dei conhecimento das iniciativas sobre a problemática da falta de amas ou de creches para as crianças do concelho de Vimioso. E os senhores vereadores tiveram conhecimento dessas iniciativas na reunião de câmara, dos ofícios que foram para a Segurança Social, dos ofícios que foram para a Professora Helena Freitas, dos ofícios que foram para a Senhora Secretária de Estado, pedindo-lhe uma reunião e ainda não me recebeu até hoje. A Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, nem me devolveu o telefonema, garantindo-me que o fazia! Mas a Professora Helena Freitas mandava-lhe um mail e cinco minutos depois tinha a resposta ao mail. Relativamente à Assembleia Intermunicipal a sessão como bem sabe, era para os membros da Assembleia Intermunicipal, e se só estavam lá cinco, ainda bem que os de Vimioso estavam, fizeram-se representar, os dos outros concelhos responderão por eles. Quanto à questão das amas, durante estes últimos dois meses tem sido uma das minhas prioridades. Como sabe, para nós a questão da educação é uma pedra basilar para o concelho e para o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos deste concelho. Temo-lo demonstrado na colaboração estreita desde sempre com o agrupamento de escolas, temo-lo demonstrado com os apoios efetivos, eu diria que, não quero estar aqui a lançar um número, mas à grande maioria dos alunos deste concelho, como bem sabem, são apoiados desde que nascem até que terminam o seu ensino superior, e além disto quando nos é possível através do programa PEPAL a disponibilização de estágios profissionais. Mas dizer-lhes que, infelizmente não nascem os bebés que nós queríamos que nascessem, nasceram vinte e seis o ano passado, portanto é muito pouco, mas a média de nascimentos anda aí entre os vinte e os vinte e cinco nestes últimos anos. Reparem que esta medida do apoio à natalidade, que também na altura nos acusavam de tudo, na altura é que nos acusavam do apoio das medidas à natalidade, chamaram-nos os nomes todos e ela hoje é dada como referência a nível nacional sendo Vimioso um dos primeiros concelhos com apoios e medidas à natalidade, é dado como referência. E quando vários pais, mães e famílias com crianças pequenas, muitas delas bebés que receberam o prémio o ano passado, me vieram aqui à câmara expor o problema, eu percebi a gravidade do mesmo, porque até aqui o serviço de amas ia respondendo às necessidades. Como sabem existem quatro amas no concelho de Vimioso, cada uma tem quatro crianças, o ano passado excepção-

nalmente a Segurança Social, o Senhor Diretor, conseguiu atender o meu pedido e excepcionalmente permitiu que cada ama pudesse ter mais uma criança e chegaram a ter cinco, hoje não é permitido, essa exceção está completamente vedada, só podem ter quatro. Quero-lhes dizer também que o serviço de amas está integrado na denominada creche familiar, e as amas do concelho de Vimioso estão integradas na creche familiar de Miranda do Douro. Porquê? Porque em Vimioso não há creche. Portanto para haver creche familiar também tem que haver creche, se quisermos a relação das amas de Vimioso, é com a Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro porque em Vimioso nenhuma IPSS's tem a creche. Perante isto, fiz todas as diligências junto da Professora Helena Freitas inclusive junto do Senhor Diretor do Centro Distrital Segurança Social Dr. Martinho do Nascimento, mostrando a minha preocupação e indignação. Perguntei: como é que se pode valorizar o interior quando não se criam condições para que as pessoas cá se fixem, em particular concelhos como o de Vimioso que é um concelho a nível populacional mais débil. E até lhes disse: já não temos ensino secundário que é obrigatório e também não temos o serviço de amas, ou seja, é no início e é no final da obrigatoriedade que nós não temos respostas. Fiz sugestões à segurança social, há aqui um caminho que podemos fazer, e conversei com o senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia, que desde a primeira hora se mostrou disponível para colaborar neste processo. E quando diz que, tentou-se criar o papagaio, eu não tentei nada, o papagaio foi uma iniciativa privada que teve contratos com a câmara, e que depois por ser iniciativa privada, como bem sabe não pode ter apoios da Segurança Social, ou o que chamam os acordos de financiamento, porque é uma entidade privada, é uma entidade lucrativa. Se eu lhe disser que cada criança em creche é financiada pela Segurança Social em duzentos e cinquenta euros mês, já vê aqui o significado que tem a participação do acordo através da Segurança Social. Sabe também que um lar privado não pode ter acordos com a Segurança Social. Nós propusemos as soluções à segurança social. Numa primeira fase recusaram as nossas sugestões e propostas, e depois mais tarde vêm abrir a exceção e aceitá-la, mais vale tarde do que nunca. E neste momento estarão hoje ou na segunda-feira concluídas, na próxima semana uma intervenção, não diria mínima mas suficiente para que as instalações lá em cima da escola primária possam funcionar como creche. Já fizemos

o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, já temos o parecer positivo da Segurança Social para o funcionamento de creche, até porque o edifício quando lá funcionou o papagaio já estava licenciado para creche, só que estava para creche e para ATL. Neste momento vai ser exclusivo para creche, e tivemos que pedir novo licenciamento através da Santa Casa da Misericórdia, porque vamos aumentar o número de crianças em creche. Porque a creche engloba três fases, o berçário, a marcha, penso que até aos dois anos, e a marcha depois dos dois aos três anos. Estamos a licenciar o edifício para quarenta crianças. Quem nos dera a nós que fossem para lá quarenta crianças, mas estamos a licenciar para mais porque onde cabe o mais cabe o menos. A informação que temos, na reunião que tive com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Francisco Machado, e com o Senhor Diretor Regional da Segurança Social, é que em breve, esperemos que no mês de março, o mais breve possível, possa começar a funcionar uma creche em Vimioso, sob a responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, que recorde nunca teve esta valência. E mais, a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso tem a palavra do Presidente da Câmara, e do órgão Câmara Municipal, de que não terá um cêntimo de prejuízo. Porque o senhor Provedor foi alertado na Segurança Social que a creche ia dar prejuízo, e eu não tenho dúvidas disso. A câmara suportará os prejuízos. Basta perceber, não sei se é assim, mas perceberem a ideia, para dez crianças são necessários três funcionários, mas se calhar para dezanove crianças também só são precisos três funcionários, e se calhar para vinte já são preciso quatro. Então nós no interior com falta de gente, têm que nos aplicar as regras que se aplicam onde há creches com muita gente? E é isto que nós estamos a lutar, esse é agora o próximo passo. De início o financiamento que vai ter a Santa Casa da Misericórdia, não é o financiamento de creche, é o financiamento de creche familiar, isto é, o financiamento que hoje tinham as amas passará para a Santa Casa da Misericórdia, só que o financiamento às amas é menor por criança, porque depois têm outros financiamentos. São cerca de menos cinquenta euros por criança. Enquanto não abrirem os concursos para a Santa Casa da Misericórdia concorrer aos acordos para financiamento de crianças em creche, a câmara municipal suportará essa falta. E mais disse ao Senhor Provedor: se a lei lhe exigir contratar mais gente, contrate que a câmara municipal suportará através do apoio que dará a uma

IPSS”s, nunca o poderia fazer um privado como nunca o fez, porque é absolutamente ilegal. Espero que, dentro em breve, a creche seja uma realidade. Darlhes também nota que em termos dos investimentos nos equipamentos sociais a nível da CIM, a nossa creche é, embora em prioridade dois, a primeira prioridade da CIM. Se nós conseguirmos apresentar a candidatura, como assim o esperamos quando abrirem os concursos, o que queremos é depois fazer uma intervenção no espaço físico de maior vulto lá em cima na escola, desde o isolamento, o telhado, o exterior e alguns aspetos do interior. Também conseguimos estar na linha da frente, no que respeita aos financiamentos para o equipamento de creche. Uma coisa é certa, da Câmara Municipal, da responsabilidade da Câmara Municipal, o que tiver que subsidiar a Santa Casa da Misericórdia para manter o serviço de creche fá-lo-á, custe o que custar. A câmara vai fazer esse esforço que é uma obrigação de apoiar os pais que têm as crianças, mais uma medida de incentivo à natalidade. É este o ponto da situação”.

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Fiquei esclarecido senhor Presidente, só quero aqui reafirmar que esse é o caminho certo para a resolução dos problemas do nosso concelho do interior. Fico contente quando a câmara vai por caminhos corretos, penso que a educação, a saúde e outros bens que são prioritários para a vida humana, deve ser a câmara e o Estado a tomá-los em mão, quando falei aqui já sabia que o governo tinha alguma responsabilidade nisso também. Quero mostrar aqui, nesta Assembleia, a sua persistência na resolução desse problema do qual conta com o apoio, de certeza, de toda a gente e de todos os vimiosenses que vivem no nosso concelho. E é dessa maneira e mais uma vez informo aqui tem que ser, a câmara e o Estado não pode permitir, o Estado permite porque diariamente nos retira coisas daqui para fora, mas a câmara tem que fazer, peça já a este Governo, ou seja a outro que lá estiver, na defesa daquilo que nós temos. Porque se é o Estado a dar o exemplo, o que é que andamos nós aqui a fazer, a chamar as pessoas de fora para aqui, se o Estado nos retira tudo que aqui temos. O caminho tem que ser mesmo esse. É com união porque cada vez somos menos, e temos que nos empenhar todos na construção do nosso concelho, que infelizmente é dos mais despovoados do país”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse. “Senhor Presi-

dente se me permite eu devia ter informado que o senhor Vice-Presidente o Dr. Torrão não está porque está, neste momento, no Ministério da Economia, a assinar uma adenda ao contrato de concessão das águas das Termas da Terrounha. O Ministério da Economia solicitou essa adenda, com a qual não concordamos muito, mas temos de a assinar, não temos outra hipótese, que é para o pagamento de água que é um recurso público. Mas na adenda há uma cláusula, que diz, se a câmara justificar insuficiência económica, ou a falta de proveito pode solicitar o não pagamento. Nós não podíamos deixar de continuar a extrair a água dos furos. Só por isso mesmo é que hoje o senhor Vice-Presidente não está. Está neste momento, era às dez horas ou dez e meia a assinar a adenda. Como tínhamos Assembleia Municipal fiz-me representar pelo senhor Vice-Presidente”. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Atendendo a que existe um conjunto de trabalhos a decorrer aqui no centro da vila nomeadamente no âmbito da regeneração urbana, digamos assim, em que nalgumas ruas está-se a arrancar toda a calçada que existia, e está-se a colocar outro tipo de calçada. Gostaria que o senhor Presidente de Câmara esclarecesse a Assembleia Municipal sobre os montantes em curso das obras que estão a decorrer bem como foram adquiridas um conjunto de casas junto à Igreja. Entretanto já foram demolidas, fala-se por aí que ali vai ser implementado um jardim com arranjo urbanístico junto à Igreja. E portanto eu pedia um esclarecimento relativamente ao investimento que a câmara fez na aquisição desses imóveis, e que nos diga exactamente o que pensa ali fazer, e qual o custo do investimento”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Senhor deputado Jorge Fernandes, como sabe esteve presente nesta Assembleia Municipal porque a lei assim o obriga, a aprovação da Área de Reabilitação Urbana de Vimioso, chamada ARU. Apesar de uma luta muito grande pequenos municípios como o nosso viram a dotação para os PARUS os Programas de Reabilitação Urbana muito diminutos. Esperemos que com a reformulação do quadro do financiamento que vai ser difícil, possamos ter mais verba. O que foi atribuí-

do a Vimioso rondará os oitocentos mil euros para regeneração urbana. Quero-lhe recordar que no anterior quadro comunitário Vimioso conseguiu, financiar-se com fundos comunitários para regeneração urbana na ordem dos dois milhões e meio de euros. Neste momento o que está alocado, o que a CCDR-n atribuiu e o Governo atribuiu a Vimioso e aos outros, porque os critérios que foram usados eu contestei-os, só tem a ver, praticamente, com a população e com a população urbana o que é uma aberração total porque nós temos duas vilas e só consideram população urbana a de Vimioso. Como sabem, este Governo, antes do final do ano lançou uma medida que era o acelerador do investimento, ou seja, disse o Governo, quem conseguir executar uma ação da ARU e pagar até ao final de dezembro quinze por cento dessa ação, nós damos uma majoração de dez por cento. Serão, para Vimioso, oitenta mil euros. E portanto o que é que nós fizemos imediatamente? Pusemos a concurso a requalificação aqui em frente ao mercado municipal, o levantamento de tudo quanto era cubo de calcário, e esta zona aqui da câmara. E, antes do final do ano tínhamos pago quinze por cento dessa empreitada que andarà na ordem dos cento e vinte, cento e trinta mil euros, esta empreitada toda que está agora a decorrer. O que significa que indo lá buscar oitenta mil euros, mais de metade da obra está paga com a majoração que temos. Conseguimos fazer isso. Para nosso espanto, o Governo veio alargar o prazo da majoração até fevereiro, isto é, vamos dar mais um prémio a quem não cumpriu. Eu pergunto: então porque não dão vinte a quem cumpriu? Nós cumprimos, esta obra que está a decorrer praticamente mais de metade “fica de graça à câmara” porque pusemos pés a caminho e conseguimos. Ainda não nos deram essa majoração, espero que no-la-dêem e que não faltem à palavra. Vamos buscar mais oitenta mil euros. Também lhe quero dizer que está a decorrer já, basta entrar na Igreja Matriz a recuperação do altar-mor, dos tetos da capela-mor, dos altares laterais e de alguma estatuária também financiada a oitenta e cinco por cento, porque de várias candidaturas que entraram, e entravam todos os municípios do norte, os oitenta e poucos, nós fomos contemplados, fomos contemplados com financiamento a fundos comunitários. Temos outras candidaturas ao Norte Cultural. Não sei se serão aprovadas ou não, mas esta preocupava-me mais porque era uma urgência que era o que faltava para concluir a reabilitação toda da nossa Igreja Matriz, que como sabem é monumento classificado. A outra questão do lado sul da

igreja, a demolição de tudo aquilo. Esse foi daqueles trabalhos, já tenho pouco cabelo, mas vão-me tirando o pouco que tenho, foi uma guerra com a Direção da Cultura do Norte. Temos que ter acompanhamento arqueológico deste trabalho, como vamos ter dos outros, só que aí o acompanhamento arqueológico não está no financiamento. Fomos adquirindo paulatinamente esses edifícios, adquirimos um que era da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso na ordem dos vinte e cinco mil euros e acabamos por lhe fazer uma doação de um terreno ali ao pé do lar de um loteamento, nunca esteve ocupado e eles queriam fazer um armazém, tratando-se de uma IPSS's do concelho não temos problema nenhum, mas o negócio que está feito na escritura acho que é os vinte e cinco mil euros. Compramos a um privado, que nem vive cá, por trinta e cinco mil euros uma ou outra parte que era a maior, compramos a uma senhora que está na Espanha, mas que ainda tem familiares cá em Vimioso por sete mil ou sete mil e quinhentos euros uma outra parcela pequenina, e trocamos com o Inspetor Dr. Norberto Vaz Pinto, ele preferiu do que estar a vender uma parte que é dele, trocamos por um lote de terreno lá em cima no loteamento das eiras, fizemos uma permuta. Andamos três anos nisto, porque vende não vende, eu não queria partir para a expropriação obviamente, esse será sempre o último passo. E porque é que nós demolimos imediatamente aquilo? Porque já temos financiamento da ARU para fazer lá obra, que já foi nesta última reunião de câmara a concurso, e cujo projeto foi apresentado na reunião de câmara, aliás eu tenho ali se quiserem ver umas imagens, o projeto feito pelo nosso arquiteto. Com a Direção da Cultura do Norte, pedi ao Diretor da Cultura do Norte que viesse cá. O primeiro parecer foi negativo, não nos queriam deixar demolir, queriam que recuperássemos aquilo, primeiro posso-lhe mostrar o parecer, (não é para demolir é para recuperar). Veio cá, e eu disse: já viu o estado disto o que é que vou recuperar. Mas então tem que manter aqui alguma volumetria, porque isto tem que manter a volumetria senão quase parece um santuário, um descampado, responderam. Disse-lhes: se for ver as fotografias da década de trinta vê que era exatamente um descampado, não havia aqui construção absolutamente nenhuma. Mandamos uma nova proposta, também não a aceitaram. Eu e o arquiteto fomos ao Porto à Direção da Cultura do Norte discutir o projeto com a arquiteta e com o Diretor de Serviço. Voltamos para cima, apresentamos nova proposta. Quiseram mais alterações. Agora têm que

reutilizar a pedra que lá estava, e nós como é possível reutilizar a pedra que lá está, alguma pode ser reutilizada outra não, agora vou fazer um muro velho e outro novo! Muito difícil! Finalmente conseguimos. Acho que vai ficar ali um espaço bonito, os senhores vereadores já viram, é o possível no meio disto tudo. Ainda perguntamos: podemos fazer aqui mais algum estacionamento? Nem pense carros ao pé da igreja não vai pôr. Agora o que a empreitada tem para lá do ajardinamento dessa zona, serão basicamente dois muros a fazer socalco porque existe grande desnível de quotas. Será jardim e a parte de cima é acessível ao público depois a outra não. A solução inicial não era essa era com mais patamares mas eles não a aceitaram. Teremos que lá plantar umas árvores que é para fazer o volume. A empreitada inclui dez painéis de azulejos na sequência dos quinhentos anos do Foral de Vimioso, no muro do parque de estacionamento. O que nós queremos é criar mais atratividade no centro de Vimioso, com estes arranjos que estamos a fazer, com a recuperação da igreja, com a recuperação desse espaço, acho que ficamos aqui com um centro histórico dos mais bonitos e bem tratados do nosso distrito, como aliás várias pessoas me tem dito que temos o centro da vila bem tratado. Penso que, com estas intervenções, ficará muito melhor. Essa intervenção andará na ordem dos cento e cinquenta mil euros, os painéis e o arranjo urbanístico. Dizer-lhes que estamos já a submeter, já aprovamos na última reunião de câmara o projeto de reabilitação da biblioteca a entrar também na ARU, também tudo feito na nossa câmara à exceção dos projetos de AVACS e eletricidade que nós não temos. Temos a biblioteca, porquê? Porque os financiamentos das ARUS só abriram em novembro, dezembro, até puseram o acelerador de investimento para sermos mais rápidos. Quem nos dera que isto já tivesse sido há mais tempo. O projeto de reabilitação aqui deste espaço já estava feito antes da conclusão da aquisição dos terrenos ou dos prédios urbanos, há muito tempo que o projeto está feito, isto com a Direção da Cultura do Norte este trabalho já vem de há muito tempo. Agora se a CCDR, o Governo abriram os concursos mais tarde, é nesta altura que as câmaras estão a apresentar, aliás ainda vinha ontem uma notícia num jornal que as câmaras têm agora não sei quantos milhões já de candidaturas aprovadas, elas só abriram agora, só podemos lá ir agora. Também dizer-lhes que estamos a concluir o projeto da central de camionagem. Está negociado, com o proprietário do terreno para a cen-

tral de camionagem, que também terá financiamento através do PEDU (planos de mobilidade). Teremos também financiamento para a central de camionagem que ficará lá em cima em frente ao minipreço, naquele terreno do senhor, falecido e saudoso, Luís Rodrigues. Também o projeto foi feito na câmara municipal. Também, ainda dentro da ARU, candidataremos a câmara municipal. Estamos a ultimar o ajuste do que pode ser candidatado e o que não pode ser candidatado, vamos apresentar a candidatura sendo que a parte não comparticipada terá que ser toda suportada pela câmara municipal. O que aqui se pretende é resolver o problema das acessibilidades. Depois serão as caixilharias, será o telhado, a parte elétrica, os sistemas dos AVACS, (ares condicionados) como vocês sabem não temos, e depois uma remodelação de alguns pisos, algumas pinturas e pouco mais. Mas só isso, anda na ordem de quinhentos ou seiscentos mil euros. O edifício como sabem é muito grande e portanto teremos financiamento para aí cerca de duzentos e cinquenta a trezentos mil euros, será depois a câmara que terá de suportar na ordem dos duzentos mil euros”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite, que dada a complementaridade dos pontos fossem discutidos em conjunto, mas que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Modificação número:2 – Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2017.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Modificação número:2 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2017.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Nós solicitamos que fossem discutidos em conjunto porque um está relacionado com o outro. Se os senhores deputados verificarem na modificação ao orçamento, presente em reunião de câmara no dia sete de fevereiro, na coluna que diz descrição aparece taxa de proteção civil, taxa turística e taxa de gestão de resíduos. A DGAL Direção Geral das Autarquias Locais, obriga a câmara municipal a ter esta rubrica aberta em orçamento. Como sabem nós não aplicamos taxa de proteção civil, muitos municípios aplicam, não aplicamos taxa turística que está a dar tantas receitas a tantos municípios que a aplicam, nomeada-

mente em Lisboa, mas aplicamos a taxa de gestão dos resíduos porque ela é obrigatória legalmente. Foi necessário integrar no orçamento e por isso tratando-se de uma modificação, revisão tem que vir à Assembleia Municipal a integração de esta rubrica da taxa de proteção civil, da taxa turística, e da taxa de gestão dos resíduos. No documento seguinte se o primeiro documento do dois ponto dois respeita à receita, o do dois ponto três respeita à despesa, e portanto se repararem também já só aparece na coluna da descrição taxa de gestão dos resíduos. A rubrica está aberta com quatrocentos euros, mas quero já informar-lhes que nós pagamos por esta taxa de resíduos cerca de nove mil euros, ano, ao Estado. O município de Vimioso tem que pagar ao Estado, como paga pelas estações compactas, pela água que coloca depois no ambiente, nós temos que pagar esta taxa, como pagamos por ir a buscar a água aos furos das termas, como pagamos por ir buscar água ao Angueira e ao Maçãs para abastecer as populações, tem a ver com a taxa dos recursos hídricos. Aí tem a despesa que está aberta com quatrocentos euros, mas que na verdade nós no ano anterior pagamos cerca de nove mil euros desta taxa dos resíduos, está aberta com quatrocentos euros, depois vai ser reforçada em próximas reuniões de câmara”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os dois pontos à votação. Ponto dois ponto dois foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto três foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação “ Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº22/2015 de 17 de Março.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os senhores deputados podem verificar também esteve presente em reunião de câmara no dia dez de Janeiro. É uma obrigação legal comunicar, todos os anos, à Assembleia Municipal, aquilo que são dívidas de entidades para com a câmara e também as que a câmara possa ter com outras entidades. Como vêem aí nas declarações, aparecem duas declarações assinadas por mim, uma a dizer que os pagamentos em atraso estão registados, só não estão na DGAL porque ain-

da não disponibilizou a plataforma, e outra a dizer que o município não tem pagamentos em atraso. Portanto como sabem basta ver o anuário dos municípios do ano passado, e nós no ano passado pagamos a três quatro dias, portanto não temos qualquer pagamento em atraso. Depois aí vem a relação das dívidas que terceiros têm para com a câmara municipal, e é exclusivamente uma questão técnica que trazemos aqui à Assembleia”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação “Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº22/2015 de 17 de Março – Delegação de Competências – Compromissos Plurianuais.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como bem sabem os senhores deputados esta Assembleia Municipal delegou competências na câmara municipal para poder adquirir serviços e bens até determinado montante, porque não faria sentido, por exemplo, contratar o serviço do arqueólogo e ter que esperar por uma Assembleia Municipal para fazer o serviço do arqueólogo. O que vem dizer, e na terceira página vêem isso no último parágrafo é que essa delegação de competências, agora tem que ser feita no Presidente da Câmara, e ele é que tem que justificar. Eu preferia que não fosse assim. Sendo que todos os meses como já o fizemos até coisas caricatas, nós temos que levar a conhecimento de reunião de câmara, tudo o que foi contratado e adjudicado, às vezes até coisas de vinte cêntimos ou de dez euros, mas temos que o levar lá. Do que se trata aqui, porque a Lei do Orçamento de Estado vem dizer isso, e portanto sempre que faço uma adjudicação, vou ter que dizer porque é que a faço, e como é que justifico aquela aquisição de bens ou aquela aquisição de um serviço. A responsabilidade até ao valor dos noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove e cinquenta e oito, passa para o Presidente da Câmara, porque senão tínhamos que andar sempre à espera de uma Assembleia Municipal.”-----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “ Como tem sido hábito quando venho a esta Assembleia há sempre um documento ou outro que mais me foca e que leio com mais atenção. Nesta Assembleia a

documentação que me chegou é muito pacífica, esta li com mais atenção. Depois de ouvir a explicação do Senhor Presidente fiquei com uma dúvida, ele diz que tem, aquilo que eu leio é, não diz que tem, estabelece a possibilidade, não é a mesma coisa, o ter que é uma obrigação, a possibilidade é outra. Aqui diz que até noventa e nove mil e cinquenta e nove já não pode, não quer dizer que seja obrigatório. Na leitura que eu faço não quer dizer que seja obrigatório o senhor Presidente, o senhor Presidente diz que tem que ser. Há apenas aqui uma leitura diferente que é, para mim é a possibilidade de delegar, a outra, ter obrigação, não, é a interpretação que eu faço, se estou errado faça favor de me corrigir.”-----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Eu só quero esclarecer que não é obrigação, isto é fazendo a delegação das competências, a obrigatoriedade é para mim Presidente da Câmara, e não para o órgão câmara, é essa a obrigatoriedade. Se a Assembleia disser, não nós não fazemos a delegação de competências eu não fico com ela, agora olhe se calhar vamos ter aqui assembleias municipais todos os meses, para depois dar resposta exatamente, por exemplo a aquisição do serviço do arqueólogo que anda na ordem dos quatro, cinco mil euros já tinha que vir à Assembleia Municipal, é uma aquisição de um serviço, menos de noventa e nove mil, mas tinha que vir à Assembleia Municipal, se não me derem a competência a mim tem que vir à Assembleia Municipal. Deu para a câmara e agora o que diz o orçamento de Estado é que não é para a câmara é para o Presidente da Câmara”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: “Durante algum tempo passei pela gratificante experiência profissional de dirigir um serviço onde prestávamos contas e tínhamos delegações de competências, no que respeitava a aquisições e à contratação de serviços de obras, empreitadas e por aí fora, um pouco a exemplo do que está a ser discutido neste momento. Em dois mil e oito, salvo erro, corrija-me se estou errado, mas penso que em dois mil e oito durante o Governo de José Sócrates, foi aplicada a legislação que alterou substancialmente os montantes que respeitavam à aquisição e à contratação de serviços. Quer isto dizer que, a adjudicação por ajuste direto passou, se bem me lembro de cinco mil para oitenta mil euros. De forma muito grosseira, perdão se isto não corresponde à verdade, mas na altura foi atribuída ou foi delegada competência a todos os

serviços descentralizados, nomeadamente segurança social, serviços regionais, saúde, hospitais, centros de saúde, também não sei se assim aconteceria uma vez que são serviços que estão na dependência direta da sub-região de saúde. Mas, foi delegada competência no Diretor ou Subdiretor ou no responsável do serviço, para justificar sob proposta do funcionário que dirigia esse setor, ele justificar a aquisição desse serviço até ao montante de oitenta mil euros. Nada, em minha opinião, poderá obstaculizar uma proposta destas, porque qualquer diretor ou subdiretor responsável regional, concelhio se qualquer um deles tem competência para ele próprio justificar a aquisição quando não é eleito e simplesmente é nomeado, não vejo qualquer obstaculização que possa indeferir a proposta que agora a câmara apresenta, no sentido de delegar competências no senhor Presidente da Câmara para que isso possa ser feito”.-

----- Não tendo havido mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado José Manuel Granado. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Conhecimento da atualização em 2017 de valores de taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Também os senhores deputados estão na posse do documento presente na reunião de câmara do dia vinte e quatro de janeiro do corrente ano. Podem aí verificar que foi deliberado não atualizar nenhuma das taxas. Relativamente à atualização de taxas das termas, do canil, tudo o que aí está, e já tínhamos decidido sobre a água e o saneamento, não há atualização de taxas em função da inflação. Até porque com a atualização, chegávamos quase ao ridículo, por exemplo, um bilhete de um euro e meio ou dois euros para entrada nas piscinas podia ser de dois euros e dois cêntimos com a atualização, por exemplo. Foi decidido até porque não é significativo o valor da inflação, manter exatamente as mesmas taxas. O que se pode fazer posteriormente é, achando que devem ser atualizados os valores, alterá-los no próprio regulamento, pôr valores certos e depois a Assembleia optar por não estar sempre com essa atualização em função da inflação, porque de facto dava uma questão de cêntimos. O que nós deliberamos em reunião de câmara foi não atualizar estas taxas dos regulamentos municipais em função da inflação”.-----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Ora eu vou fugir um bocado aqui do tema da Assembleia, mas penso que isto também faz parte do bom funcionamento da câmara, é mais um em jeito de pedido aqui ao senhor Presidente. Porque há coisas que eu sei, também sou funcionário da câmara, e muitas vezes não chega tudo ao senhor Presidente, algumas coisas ficam no pessoal que tem alguma responsabilidade intermédia. Vou ter uma intervenção mais como sindicalista do que como deputado aqui da Assembleia. É um apelo que eu faço muitas vezes os nossos camaradas de trabalho, todos temos o nosso papel a executar e executamos, uns de uma maneira melhor outros pior, mas às vezes também não somos bem compreendidos. Vou dar aqui um pequeno exemplo, nós temos desde técnicos superiores a assistentes operacionais, que agora, infelizmente, há pouco respeito pela valorização das carreiras e do conteúdo funcional de cada funcionário, mas vou dar aqui um exemplo. O motorista de transportes coletivos, por exemplo, faz o serviço de transportes escolares. Se for um bom profissional tem que vir mais ou menos digno de executar essa tarefa. Mas também pode chegar aqui às nove, fez os transportes escolares, olha agora vais para baixo para aquela obra ali a carregar um camião de terra. Há coisas que às vezes acontecem, acontece em todas as câmaras e na nossa também não é diferente das outras. Penso que tem de haver mais um bocado de respeito por quem executa essas tarefas. É lógico que se vai carregar um camião de terra ou de areia terá de ir com uma farda no mínimo diferente, do que quando vai numa excursão, ou vai levar os alunos, e muitas vezes é tudo misturado e não deve. Penso que a câmara de Vimioso está bem, tem bons profissionais em todas as áreas, não há necessidade, é lógico que quando houver essa necessidade ninguém pode fugir às suas responsabilidades mas, penso que tem que haver mais um bocadinho de respeito pela forma como se tratam as pessoas e os trabalhadores”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário. Disse: “Talvez tenha sido já um assunto muito falado, mas a mim também me alegrou muito ter recebido em casa uma carta com o pagamento da sanidade animal, cem por cento da Câmara Municipal de Vimioso, subindo de trinta para cem por cento. Alegrou-me muito, dei os parabéns ao senhor Presidente, individualmen-

te, mas de qualquer forma nem em todos os concelhos existe esta abertura da Câmara Municipal. Falo com muitos agricultores de muitos sítios de Bragança e Macedo e realmente queriam eles estar no nosso concelho. Mas ainda não se falou noutra coisa que também focam muito e que é tema de muitas conversas de café, que são os caminhos rurais. Já falei na minha aldeia na semana passada, mas passei por alguns caminhos rurais de outras freguesias e é realmente de louvar a atitude, o empenho e até a sensibilidade desses caminhos que estão bem tratados e bem zelados. Também queria perguntar aqui ao senhor Presidente, também não estou a par do que se passa, se há algum tema de inspiração para colocar nos azulejos aqui neste muro em frente, serão temas de índole agrícola, de índole comercial, se eventualmente já há alguma ideia sobre esses temas. Outra coisa que me tem preocupado tanto quanto ouvi aqui há uns anos, se haveria abertura de concursos europeus para alcatroamentos de mais caminhos rurais, alcatroar ou até calçetar, eventualmente na Rede Natura parece que não é possível alcatroar, porque exige determinadas regras, e se havia alguma luz verde nesse sentido, e se isso estará em possibilidade de ser executado. Eram estes três pontos que realmente já falamos aqui e que queria também reforçar. Outra coisa, para as pessoas que acreditam nos rankings, há uma agência de ranking da política da imparcialidade e independência e integridade do poder local, e a nossa câmara municipal, dos trezentos e oito municípios foi contemplada também. Fiquei muito contente. Vi e com agrado que Alfândega da Fé ficou em primeiro lugar, nós ficamos em septuagésimo. Vejam que só no nosso distrito há três câmaras municipais que estão à nossa frente, é Alfândega em primeiro lugar, depois está Macedo de Cavaleiros e Bragança. A nossa câmara apresenta septuagésimo lugar. Não sei se toda a gente tinha conhecimento desta estatística, de qualquer forma achei por bem trazê-la para aqui para informação de todos. De sublinhar que a nossa câmara municipal subiu cento e quarenta e dois lugares, em relação aos rankings dos anos anteriores, portanto, também está de parabéns nesse sentido”. -----
----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Ouvi a intervenção ali do meu amigo e camarada Aníbal, e fico contente também quando o nosso município avança e já não é só de agora, desde a instauração deste novo regime teve sempre e foi sempre um município de referência a nível nacional. É bom que assim continue cada vez melhor, e todos nós estamos aqui pa-

ra que isso aconteça. Só queria agora, vindo ao assunto de há bocado, eu sei senhor Presidente da Assembleia que é preciso haver polivalência é sim senhor, mas cada um tem a sua especialização, eu não estou a ver aqui um engenheiro eletrónico mandá-lo fazer uma obra de betão uma obra de cimento. Penso que o que eu disse foi de uma forma para alertar, porque nós também temos outros caminhos para o fazer, e a lei também prevê. As profissões não acabaram, elas existem e é aí que os trabalhadores devem desempenhar o seu trabalho na inerente profissão que têm. O faz tudo é de Argozelo mas esse faz tudo mesmo, agora acabamos por andar a fazer tudo e não somos especialistas em nada. O que eu disse foi com alguma consistência, e temos de ter um bocado de respeito pelos trabalhadores, porque os trabalhadores de qualquer serviço são o bem mais valioso, neste caso que a câmara tem, porque são os trabalhadores que dão a imagem da câmara, seja o que vai limpar os coletores, seja o engenheiro que vai ver uma obra, seja o fiscal, o trabalhador da câmara tanto como o senhor Presidente é quem dá a imagem, embora a responsabilidade e o senhor Presidente tem que responder por eles todos. Mas se o senhor Presidente da Câmara tiver bons trabalhadores, competentes claro que os municípios vão chegar ao gabinete dele, senhor Presidente você tem ali homens a trabalhar, agora se for o contrário também vão dizer o contrário, portanto o que eu disse foi de uma forma sem estar a acusar ninguém, se calhar não será o momento mas muitas vezes nós, aqui, quando estamos todos, conseguimos que as coisas melhorem. Dei esse exemplo porque já aconteceu, e eu disse: falas com a pessoa responsável, não pode ser assim, tem que haver um bocado de cuidado, é verdade, uma pessoa se vai com botas de borracha e com um fato-macaco ali ou com uma roupa que não é própria não pode ir depois a fazer um serviço ou vice-versa. É só nesse ponto que eu digo, agora tenho a certeza que a câmara de Vimioso tem bons profissionais em todas as áreas, e não tem necessidade muitas vezes de fazer isso, porque tem bons e bastantes funcionários em todas as áreas para executar o serviço”. -----
----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Quereria discordar ali um bocadinho com a intervenção do nosso colega José Freire, os motoristas, neste caso os transportes escolares é uma hora de manhã e uma hora à tarde, eu acho que até fica mal o funcionário camarário dizem que é o “funcionário da preguiça”, não concordo com isso. Penso que a câmara munici-

pal tem instalações nos estaleiros deve ter condições, para mudar de roupa, porque um calceteiro vai trabalhar com os paralelos, vai trabalhar com a areia e vai-se sujar, de certeza que ele não faz a viagem de casa dele, por exemplo quem vem de Argozelo ou de Santulhão para a sede do concelho, com a roupa que vai trabalhar nos paralelos. Acho que a câmara municipal deve ter nas instalações condições para poder mudar de roupa. Por isso o condutor que vai fazer os transportes escolares, vai de manhã vai vestido como deve ser, vai para outro trabalho vai conduzir um camião ou vai conduzir a retroescavadora, acho que não é justo estar o dia inteiro sem fazer nada. O transporte é de manhã e à tarde e durante o dia vai estar sem fazer nada, portanto discordo com essa atitude”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Eu não queria mas sou obrigado a dizer mais do que queria. Em primeiro lugar custa-me que as pessoas falem sem ter conhecimento da verdade. Falou muito bem o senhor deputado Manuel Oliveira. Em primeiro lugar eu aconselho-o que vá fazer umas visitas às instalações dos funcionários, esse é o primeiro ponto, isto de vir para aqui falar sem ter conhecimento de causa, qualquer um fala, mas é preciso falar com bases, com conhecimento de causa, e a coisa mais feia é falar quando não temos a noção da realidade. Segundo lugar, os funcionários da câmara têm a sua profissão e devem-na executar mediante aquilo que a lei prevê. Eu penso que um motorista de transportes públicos, um canalizador, um varredor tem a dignidade como outra pessoa qualquer, não pode ser pau para toda a colher, porque senão criamos aqui um espírito elitista, isso só se vê aplicado aos mais fracos e aos mais frágeis, porque quando passamos para outro tipo de gente, isso não é aplicado. Eu nunca vi um Presidente da Câmara fazer um serviço que não seja inerente ao Presidente da Câmara, nunca vi um engenheiro fazer um serviço que não seja inerente ao engenheiro, portanto quando falamos de pessoas, eu volto a referir aqui, quando falamos de pessoas é a coisa mais importante que a câmara tem principalmente no nosso concelho que há poucas e cada vez são menos. Nós temos que falar com conhecimento de causa, eu quando disse aqui, não vim acusar ninguém mas também já aconteceu, eu sou encarregado na câmara municipal e aconteceu isso várias vezes, mandar um motorista de transportes coletivos a fazer um serviço e ficam dois motoristas de máquinas especiais ali sentados, é a isso que me estou a referir.

Se o motorista de transportes coletivos, ou um jardineiro ou outro qualquer e se há um serviço para fazer não tenho conhecimento que houvesse nenhum funcionário que não estivesse disponível aqui na nossa câmara para fazer qualquer serviço, não é isso, e certamente que o senhor Presidente também terá essa ideia dos funcionários que tem aqui, sempre estiveram disponíveis, só que às vezes temos de ter um bocado de cuidado. É lógico que um funcionário que vai fazer o transporte com o público, com gente tem que ir preparado de outra maneira do que quando for a carregar camiões de areia, ninguém tenha dúvida, é só isso que eu quero dizer e que me entendam”. -----

-- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Portanto eu disse bem, penso que a câmara municipal devia ter instalações adequadas, não disse que tinha porque nunca vi, não trabalho lá portanto não disse que tinha, disse que devia ter, mas aí é que já lhe dava razão reivindicar essas condições. Agora um condutor é um condutor tanto dá ser de uma camioneta de transportes de passageiros como de um camião de transportes de mercadorias, é sempre condutor, um engenheiro tanto vai a fiscalizar uma obra de construção de betão como se for uma obra feita em ferro, ele vai fiscalizar a mesma obra, ele está a exercer a sua profissão é de engenharia de fiscalizar, o condutor vai conduzir mas tanto conduz um autocarro como conduz um camião, na minha perspetiva”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: “Senhor deputado José Freire, quero apenas, não é indicar-lhe o caminho mas simplesmente um pouco ao exemplo do que fazia o Rui Oliveira e Costa e o Torres Couto na Assembleia da República. Também era o palco das suas reivindicações, transformavam muitas vezes a Assembleia da República no palco das reivindicações dos trabalhadores em Portugal. O senhor deputado José Freire faz muito bem, também de vez em quando, não por regra, excepcionalmente, fazer da Assembleia Municipal o palco das suas capacidades reivindicativas, porque é delegado sindical, naturalmente, e só o elogio por isso mesmo. Mas ao mesmo tempo que fala em categorias também deve falar em carreiras, todos nós sabemos que há diversas carreiras na área da função pública, na área da administração autárquica, na administração central, portanto ao mesmo tempo que falamos numa coisa falamos também na outra, por forma a dar a conhecer a todas as pessoas quais são as competên-

cias, as capacidades dos conteúdos funcionais a que cada um deve estar obrigado. Eu só pedi a palavra porque ainda é muito cedo, e portanto estamos entre amigos e família e daí que passemos mais um bocado de tempo. Mas aí nessa perspectiva, digamos, na perspectiva anterior devemos ombrear com esta responsabilidade de esclarecer todas as situações”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Português. Disse: “Como disse o António Santos eu também só venho aqui porque ainda é cedo e podemos conversar mais um bocadinho. Já agora às vezes vem aqui a falar e dizem não tem a ver com a Assembleia. Em Londres há um jardim que se chama *Hyde Park* e tem um palanque que se chama o *Spick Corner* que é o cantinho do falante. Quem quiser falar vai ali e diz o que quiser, fala sobre o que quiser e depois ouve quem quer também. Sobre as palavras do José Freire, eu também sou teu colega, sou sindicalista, portanto eu não concordo nem discordo do que o José disse. Falou sobre um assunto que eu não conheço e não estou aqui para concordar ou discordar. Mas posso falar sobre a minha experiência, eu tirei um curso superior de línguas e comecei a trabalhar no ensino secundário ou terceiro ciclo, também estive aqui em Vimioso. Fiz o meu estágio no ensino secundário. De há três ou quatro anos para cá começaram-me a mandar para o primeiro ciclo, ora, eu não tenho preparação para o primeiro ciclo, é diferente é um ensino diferente. As brincadeiras de crianças, a maneira de os ensinar a pedagogia é outra e é claro que senti as minhas dificuldades. Queixei-me. Resposta: se quiseres vais à secretaria e rescindes o contrato. Pronto vou para o primeiro ciclo, claro que se um dia não precisarem de mim no primeiro ciclo não tenho habilitações, mandam-me embora porque não tenho habilitações, enquanto precisam tenho que assumir. É só isso, estamos noutros tempos”.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Vou ter que dizer mais alguma coisa, penso que não fui compreendido naquilo que eu quis dizer, se calhar foi culpa do professor que não estava bem preparado e não me ensinou na altura. Não consigo fazer valer aquilo que realmente eu penso ou quis dizer. Em primeiro lugar não falei aqui em casos pessoais nem que existem aqui, falei dos casos de evitar, a minha intervenção foi para evitar esse tipo de acontecimentos, acontece na câmara de Vimioso, acontece em todas as câmaras do país. Não foi com o intuito de apontar alguém ou de tirar alguma respon-

sabilidade a alguém porque quando quero fazer isso sei e tenho meios para o fazer sem ser necessário ser aqui. Fiz isto aqui de uma maneira mais pedagógica para todos nós sabermos que devemos refletir. Eu faço parte, como funcionário e como deputado da Assembleia, e temos de ter algum respeito pelos funcionários que estão ao serviço da comunidade. Sou funcionário quando estou a trabalhar para a câmara e estou ao serviço da comunidade, estamos a trabalhar em público e para o público, e temos de ter algum cuidado quando trabalhamos com pessoas, penso que isto é natural sempre foi assim. Já antigamente, quando era no tempo dos poderosos, eu recorde-me, havia duas ou três pessoas aqui, mesmo esses tinham respeito por quem trabalhava, não podemos perder esse respeito. E hoje muito menos no século vinte e um, e com todo este avanço tecnológico que nos acompanha não podemos perder o respeito por quem trabalha. Ali o Manuel João eu entendi bem o que ele quis dizer, vai à secretaria e rescindes o contrato. Não, as coisas não podem ser tratadas assim. É lógico o Manuel João está a dar aulas aos grandes e depois passa para os pequeninos, mas está a dar aulas. Agora não sei se será possível nós vermos que as pessoas têm que ser especialistas naquilo que fazem, há aqueles que são muito inteligentes e fazem tudo, mas a maior parte não é assim, cada um tem uma especialidade na sua área, que vai aprendendo, por isso é que havia as tais profissões e as tais carreiras que hoje só são três: técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Mas a lei prevê ainda as profissões, ainda estão lá, ainda há pouco tivemos uns casos parecidos numa câmara aqui do distrito e onde o tribunal nos deu razão, e as profissões continuam. O motorista de transportes coletivos, tem que ser uma pessoa com uma certa segurança e responsabilidade para desempenhar a sua função, anda com o seu filho, anda com a minha filha, anda com o neto daquela, anda com todos, é uma profissão muito responsável, de muita responsabilidade. Não podemos tratar este tipo de gente ou o jardineiro ou outra pessoa qualquer, e vou continuar a dizer a ver se desta vez me entendem. A câmara de Vimioso tem motoristas de transportes coletivos excelentes, tem motoristas de máquinas especiais excelentes, tem jardineiros excelentes tem bons trabalhadores. E não é necessário, muitas vezes, fazer coisas que não se deviam fazer”. -----

----- Usou a palavra o senhor deputado José Granado. Disse: “Eu não queria vir cá mas quando recebi esta documentação e estava a preparar a Assembleia, nunca imaginei que este assunto viesse para aqui. Ainda bem que veio e ainda temos tempo para discutir mais um pouco, estou a ver aqui serviço de jardineiros, serviço de trolhas e pedreiros, e como diz o senhor Presidente da Assembleia parabéns pela polivalência. Porquê? Vemos aqui a limpeza de bermas e estradas do concelho feita pelos jardineiros, e a limpeza de estradas municipais feitas pelos trolhas e pedreiros, portanto ninguém fica mais pobre ou é desprivilegiado por fazer um serviço ou outro, simplesmente eu espero bem que não aconteçam casos de assédio laboral. Sei que não acontece isso, isso é que seria grave, grave era pôr, por exemplo, um engenheiro de condutor, e vemos nas notícias que há casos em tribunal de trabalhadores que põem a entidade patronal em tribunal por os arrumarem a um canto, também não pode ser. Portanto acho que é uma discussão que é salutar que se discutam as coisas mas que não nos levam a lado nenhum, agora sou mais um bocadinho pelo que diz o José do que o senhor Presidente da Assembleia, eu sou a favor da especialização, mas também não sou contra que uma pessoa possa ser multifuncional. Simplesmente a profissão dele é aquela, agora sendo necessário e se for preciso e obrigatório que façam um biscato noutra lado, nós próprios que estamos aqui também fazemos um pouco de agricultura, ou não fazemos? Eu falo por mim, também o fazemos e não nos caem os parentes na lama”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado José Freire e toda esta discussão que se gerou, eu penso que quando ele referiu tem que haver mais respeito, está só mesmo a querer referir-se ao facto de, se é motorista de pesados, só pesados, se é motorista de transportes coletivos, só coletivos, penso que é isso. Porque eu não admito que acusem a câmara de falta de respeito para com os funcionários, não admito isto, ou então concretiza, aqui, onde é que está a falta de respeito. Nenhum funcionário conduz um autocarro sem estar habilitado, com todas as habilitações para um autocarro com a CAT e com a formação, e andam muitos agora a fazê-lo. E são os funcionários que nos pedem muitas vezes e dizem: eu também gostava de ir fazer essa formação, são a maior parte deles, tenho conhecimento do que me é transmitido pelos superiores deles que pedem para fazer essas formações, são eles que gostam de ser

polivalentes. O que eu estou a dizer é que quando diz que tem que haver mais respeito, significa que não o há, então tem que concretizar, não podemos ficar nas meias palavras. Agora o que acontece com o transporte escolar é que nós temos os dois turnos, há um motorista que entra, penso que às sete e meia, faz o transporte escolar do circuito que é feito pela câmara, e depois de acabar esse transporte vai fazer outras funções, e penso que é à uma ou duas da tarde que termina as funções por esse dia. Há outro que entra a essa hora e termina às seis e meia sete horas, penso eu. Penso que se está a referir aos motoristas de pesados ou camiões, e às vezes pode ser uma máquina, pode sujar-se e depois ir no autocarro um bocadinho mais sujo. Eu nunca tive queixas nenhuma dessas, agora ninguém obriga os motoristas a isso. Meu caro, se os motoristas não estiverem disponíveis para fazer o transporte escolar, como sabe tem que haver o acordo entre o trabalhador e a entidade, senão estiver disponível lançamos concurso e faz uma entidade externa, não há problema, mas até hoje vários motoristas estão disponíveis. Então, estando os motoristas disponíveis sem os obrigar a nada, e até porque se calhar lhes convém nalguns casos, porque uns ficam com a manhã livre e outros com a tarde livre, eu vou deixar de o fazer? Não vou deixar de o fazer. Nunca impus nada a nenhum funcionário nem nunca o imporei, e já o disse aqui várias vezes porque também sou funcionário público. Portanto, não há falta de respeito para com ninguém, não há imposição a ninguém, e tudo é discutido com eles. Agora, em cento e vinte trabalhadores cada um tem a sua forma de ser, e a sua forma de atuar e o seu pensamento, que eu respeito. Também não podemos estar, eu numa gestão não posso estar a corresponder, se quisermos, à vontade específica de cada um. Nós somos uma coletividade, e temos que ir pelo bem geral. Mas nunca ninguém foi obrigado absolutamente a nada. Quanto à questão depois do senhor deputado Aníbal do Rosário, a questão dos caminhos nós vamos fazendo por todo o concelho, agora anda-se na região de Avelanoso, na região de Vila chã, portanto nós vamos dando a volta ao concelho. Sei que os senhores presidentes da junta queriam que se fizesse mais, é normal, ainda bem que eles pedem que há coisas para fazer, mas vamos fazendo em função da disponibilidade das nossas máquinas e dos nossos motoristas. Quanto ao tema de inspiração para os azulejos, são vários, eu disse que isto era no âmbito das comemorações dos quinhentos anos do Foral, estas coisas atrasam-se e já na

altura nós tínhamos, se quisermos uma ideia do que queríamos fazer. Tem a ver com a atribuição do Foral, tem a ver com a representação de todas as freguesias, tem a ver com a representação das atividades artesanais, com as atividades agro-pecuárias, tem a ver com a religiosidade neste caso o cristianismo católico e o judaísmo, tem a ver com aquilo que pensamos do concelho a questão do turismo, a questão da pecuária, ligado ao que pode ser o futuro. É uma representação que tem a ver com a importância do poder local, das freguesias, da câmara municipal, dos direitos e liberdades porque de facto o poder local democrático vem a partir do vinte e cinco de abril. Vai tentar-se pegar um bocadinho nisso tudo, sendo que nesta coisa tem que se deixar aos artistas a sua inspiração e a sua imaginação, dizendo-lhes nós quais eram as ideias que gostávamos que fossem tratadas. Estou convencido que vai ficar uma coisa muito interessante, e que aqui esta zona do centro histórico poderá ter um outro tipo de atratividade, porque nós sabemos o quanto é importante o tratamento e o cuidado do espaço público em termos turísticos. Desconheço que haja candidaturas específicas diretamente a Bruxelas para arranjo de caminhos rurais, desconheço, porque não há para estradas, eu acho que não há, o que há agora é no âmbito da CIM, já estão abertas candidaturas para regadios tradicionais e para a segurança de barragens, para isso é que estão abertas, para caminhos rurais desconheço, vou tentar averiguar mas eu penso que não há. Relativamente à questão do índice da transparência basta ver o comunicado da Associação Nacional de Municípios para discordar totalmente disso. É uma associação que se criou tem a ver com os índices de transparência e que se baseiam unicamente naquilo que vão ver ao site da Câmara Municipal, definiram um conjunto de critérios, e é evidente que qualquer dia se quisermos podemos ficar todos em primeiro, basta responder aqueles critérios todos e ficamos em primeiro. Na minha opinião tudo é importante e se calhar fez-nos dizer assim: olhem também vou pôr isto no site. Sobre esse índice eu não queria fazer mais comentário nenhum. Temos o Tribunal de Contas, temos a DGAL temos todas as instituições que fiscalizam a câmara para onde vão os documentos, e esses é que vão dizer se somos transparentes ou não, são esses que nos dizem se somos transparentes. A Associação Nacional de Municípios produziu um comunicado, um documento a opor-se claramente a isto, porque o que ficou em último é menos transparente que o que está em primeiro? De-

pende do ponto de vista onde nos colocamos, se nos colocarmos noutros pontos de vista se calhar fazem o pino, depende! Mas mesmo assim diz que subimos cento e quarenta e dois lugares, eu nem sequer tinha reparado nisso, é daquelas coisas que não me faz perder tempo. Penso que respondi a tudo, da questão dos trabalhadores obviamente que para mim, sempre o disse, para mim os trabalhadores são sagrados, e portanto dentro do que é legal serão respeitados, toda a sua humanidade e o seu individualismo, nunca o fiz contra ninguém e nunca o farei, obviamente. Agora quando temos que gerir os serviços da câmara pois temos que gerir aquilo que é importante para o município e de que nós achamos que pode ser feito. Mas impor não e ninguém está coagido a ter que fazer isto ou aquilo, valha-me Deus". -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: " obrigado pelas palavras senhor Presidente mas foi mais longe do que eu, naquilo que eu disse, porque eu não disse que os trabalhadores foram coagidos a fazer serviços, eu apenas alertei para um problema que existe aqui, existe em todas as câmaras existe em todas as relações laborais, existe sempre isso. Não vamos fugir porque nós não somos nem melhores nem piores, é natural, são conflitos laborais sempre existem, eu não quis dizer isso de forma alguma que o senhor Presidente fazia isso, antes pelo contrário referi no princípio que muitas das vezes essas coisas passam por mim encarregado da câmara e por outro encarregado, foi isso o que eu disse, e disse-o claramente que muitas vezes o senhor Presidente não sabe. Eu não disse que os funcionários eram coagidos a fazer serviço, não disse nada disso, apenas alertei para algumas coisas que acontecem nesta câmara e nas outras, e termos um bocadinho de respeito pelos trabalhadores. Eu sei que a câmara de Vimioso tem o maior respeito e na pessoa de Senhor Presidente pelos seus funcionários, melhor era que não tivesse, mas tem e também o digo aqui nesta tribuna que o tem. Como funcionário desta câmara já tive esse tempo para apreciar isso, como tiveram todos os Presidentes que passaram pela câmara, temos que o dizer e cabe-me a mim como sindicalista dizê-lo. Vou contar aqui uma história que me passou na sexta-feira para vocês verem a minha maneira de estar e de pensar. Estava na CGTP e houve uma apresentação de um italiano, que fez uma apresentação do nosso país e não referiu Bragança, sabem o que aconteceu? Eu fui contra e não o deixei falar mais, tiveram que fazer um intervalo para acalmar aquilo, porque

pôs o país todo e Bragança não estava lá. Estão a perceber, esta é a minha maneira de ser e de pensar, eu até o mandei a si para vir cá à câmara para lhe pagar uma posta, para depois não se esquecer disto, porque gostam de vir cá para isso, mas assim como é sindicalista a maior parte dos nossos governantes também faz isso, também se esquecem de Bragança. Há outra questão que vocês falaram em estatísticas, não quero deixar esta oportunidade de o dizer, este Governo do Partido Socialista apoiado por esta geringonça, pela primeira vez na história da democracia trouxe, nem vou falar em números, portanto há sempre alguma alternativa àquilo que nós pensamos que é certo, não há só uma maneira de fazer as coisas, há várias. Muitas vezes muita gente tem razão porque ninguém é dono da razão, nem ninguém tem a culpa toda. Portanto há várias maneiras de abordar os assuntos, e hoje vivemos no nosso país melhor, pelo menos é o que dizem as estatísticas, não sei se devemos acreditar nelas ou não, mas se acreditamos para enaltecer determinados estudos também temos que acreditar quando são outras pessoas a ser enalticidas, assim é que é democracia. E pela primeira vez o défice está em dois vírgula um por cento na história da democracia, foram além da troika, mas aí já há algumas forças políticas que não querem isso, da qual eu também faço parte”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Esta discussão relativamente aos motoristas deixou-me aqui curioso, e quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara, efetivamente quantos motoristas existem neste momento na câmara a trabalhar, e desse total quantos é que entraram nos últimos dez anos ao serviço”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Não posso precisar mas em termos de reforma, reformou-se o Senhor Silva, o Senhor Lopes, o Senhor Álvaro. Estavam já os Senhores Luís o Senhor Adérito e o Aquilino. Entraram o Luís Manuel, o José António, o Carlos e o Silvério, entre os que saíram e os que entraram a diferença deve ser pouca. Não se esqueçam que muitas vezes somos solicitados pelas associações, pelos clubes de futebol, este ano nem estamos a dar o transporte aos clubes de futebol, porque reforçamos a verba que lhe atribuímos e assumem eles o transporte, exatamente porque muitas das vezes durante a semana não tínhamos motoristas para fazer, depois, o serviço da câmara. Agora, ou metemos mais motoristas ou então fazemos-lhe a comparticipação aos clubes e assumem eles o transporte. O que

é que acontece? Há motoristas que têm várias categorias de cartas, têm para os transportes pesados de mercadorias, têm para os transportes pesados de passageiros mas, hoje quer para uns quer para outros é necessário fazer formação específica. Tal como os taxistas têm que ter uma formação específica também os motoristas têm que ter, ninguém pode pegar num autocarro da Câmara Municipal sem ter carta de pesados de passageiros, e sem ter essa formação para transportar passageiros. Formação que de tempos em tempos, de períodos em períodos, tem que ser renovada. Andam, agora, funcionários a renovar essa formação, porque caduca essa licença. Portanto, não há nenhum que não esteja habilitado a fazê-lo. Embora não haja uma carta, por exemplo para máquinas especiais, não há uma carta para catrapiller, não há uma carta para retroescavadoras, agora o que eles têm de ter é a carta de pesados, e obviamente que vão experimentando, muitas vezes vão fazendo, adaptam-se melhor e as coisas vão acontecendo. Agora o serviço vai sendo feito e nós muitas vezes, e os presidentes de junta perguntam: então hoje o maquinista porquê que não veio? Não foi porque, ou meteu falta por alguma razão pessoal dele, ou porque foi necessário fazer outro serviço, ou porque tinha uma folga e aquele dia não pode ir. E quantas vezes as máquinas não funcionam em determinados momentos porque não temos motoristas disponíveis. Relativamente ao senhor deputado José Freire e isto não podemos entrar por aqui, este Governo desceu de três para dois ponto um, houve um Governo que em quatro anos desceu de onze para três. Se fizer as contas o outro desceu mais, é só fazer as contas! E acusavam o outro que foi além da troika, este também! Dizia que era dois vírgula quatro e também foi além da troika. Estamos conversados, afinal o anterior desceu mais, ainda estamos na lista da frente das descidas do défice”. -----

----- **Ponto Três) PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Eu fiz um compasso de espera para ver se alguém se inscrevia, para pedir um pequeno esclarecimento aqui ao senhor Presidente. Senhor Presidente há algum acontecimento previsto para hoje em Vimioso? Penso que se calhar não nos informou por lapso”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “ Não, não foi por lapso, está na comunicação social e portanto sabem disso, o deputado eu-

ropeu como qualquer outro que o queira fazer e que venha a Vimioso, agradeço que venha, vai lançar um livro, que tem lançado todos os anos sobre “a nossa terra”, em que ele fala de todos os concelhos de Vila Real e de Bragança, em que aparecem lá todos, as instituições, as festas etc. Estão todos convidados porque é uma cerimónia pública, embora não organizada diretamente pela Câmara Municipal, mas é uma cerimónia pública de apresentação do livro do deputado do Parlamento Europeu José Manuel Fernandes e cuja apresentação será feita pelo deputado Paulo Rangel. O ano passado penso que estiveram em Vila Pouca de Aguiar a fazer o lançamento desse livro, pelo menos é um deputado que se tem preocupado com o território do qual o incumbiram de representar. Olhe eu já estive no Parlamento Europeu a convite dele, associações e instituições e escolas do distrito, ele faz questão de que quando lança um livro, o livro o que lá tem é quem são os presidentes de câmara, quem são os vereadores, o oráculo da freguesia e quando são as festas da freguesia, dados que nós lhe damos e outros que ele recolhe, bem como informação europeia. Mas pelo menos é alguém que dá visibilidade aos territórios, e já agora, seja de que quadrante político for, sempre que alguém queira fazer uma iniciativa destas eu até lhe agradeço porque dá visibilidade ao concelho, até lhe agradeço e o edifício e as instalações da câmara municipal estão disponíveis para todos. É hoje às vinte e uma horas o lançamento ou a apresentação do livro. A nós solicitaram-nos as instalações e se nós nos queríamos associar. Há tempos o senhor José Freire tinha-me dito que estavam aqui nas jornadas parlamentares os deputados do Bloco de Esquerda, ainda veio ver se passavam por aqui. O que é que eu lhe disse? Até agradeço que venham. Portanto, toda a gente que queira vir ao concelho de Vimioso, seja de que quadrante político for, tem as portas abertas e a minha receptividade pessoal para isso. Tenho obrigação de o fazer enquanto Presidente da Câmara, mas quanto eu gostaria que viesse mais gente, porque quanto mais gente vier mais visibilidade tem o concelho e é isso que nós queremos. Está nos jornais o lançamento desta iniciativa, é ótimo, isto não está reservado aos do PSD porque senão, não estava nos jornais. É um convite a toda a população, embora apareça lá o Presidente da Câmara que se quis associar, mas é o Presidente da Câmara não é o Jorge Fidalgo enquanto dirigente político, é o Presidente da Câmara que convida para que as pessoas venham a Vimioso”. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
